

RELATO FINANCEIRO

2021



Fundo de Pensões BPI Vida PPR



ÍNDICE

RELATO FINANCEIRO

RELATO FINANCEIRO

INTRODUÇÃO.....	4
CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	6
INVESTIMENTOS.....	11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

NOTAS

CERTIFICAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO FUNDO DE PENSÕES



RELATÓRIO DE GESTÃO

INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

ENQUADRAMENTO

- O Artigo 152.º da Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, determina que anualmente deve ser elaborado um relatório e contas para cada Fundo de Pensões, reportado a 31 de dezembro de cada exercício, o qual deve refletir de forma verdadeira e apropriada o ativo, as responsabilidades e a situação financeira do Fundo.
- Na Norma Regulamentar N.º 7/2010-R, de 4 de junho, na perspetiva do funcionamento eficiente do mercado de fundos de pensões, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões define um regime global relativo ao relato financeiro aplicável aos fundos de pensões.

FUNDO DE PENSÕES BPI VIDA PPR

- O Fundo de Pensões BPI Vida PPR é um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus contribuintes (pessoas singulares ou pessoas coletivas) o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.
- Entende-se por contribuintes as pessoas singulares que adquiram unidades de participação do Fundo ou as pessoas coletivas que adquiram unidades de participação a favor e em nome dos seus empregados.
- Os participantes podem exigir o resgate do valor acumulado neste Fundo de Pensões nas condições legalmente estabelecidas para reembolso dos PPR's.
- Durante o ano de 2021 não se registaram alterações relevantes na gestão do fundo de pensões.

INTRODUÇÃO

RELATO FINANCEIRO

FUNDO DE PENSÕES BPI VIDA PPR

No decorrer do ano foram registados os seguintes movimentos:

Valores em euros

Valor do Fundo em 31.12.2020	2,145,762
Contribuições	39,436
Benefícios pagos	(112,321)
Transferências	-
Prémio de Seguros	-
Rendimento Líquido	18,911
Valor do Fundo em 31.12.2021	2,091,788

§

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

EUA

Apesar de um ano ainda afetado pela pandemia, a atividade económica nos EUA recuperou de forma considerável em 2021 (estima-se que o PIB tenha crescido 5.4% no conjunto do ano), tendo alcançado os níveis pré-pandemia no 2T 2021. De igual modo, o mercado de trabalho evoluiu favoravelmente, com a taxa de desemprego a cair para os 3.9% no final do ano e uma criação média mensal de 537,000 postos de trabalho. Estes dados indicam que o mercado de trabalho estará próximo de atingir níveis compatíveis com o pleno emprego, provavelmente com uma taxa de participação estruturalmente inferior ao nível pré-pandemia. A recuperação notória da atividade, o baixo desemprego e os níveis elevados da taxa de desvinculação (*quit rate*) contribuíram para dificuldades persistentes no preenchimento das vagas de emprego disponíveis, colocando pressão adicional sobre os salários, uma dinâmica particularmente preocupante num contexto de inflação já elevada. De facto, a taxa de inflação nos EUA surpreendeu em 2021, atingindo os 7.0% em dezembro (4.7% no conjunto do ano). Para este comportamento têm contribuído a escassez do lado da oferta, devido às perturbações nas cadeias de produção mundial, e os aumentos salariais. Perante este cenário, a Fed abandonou o conceito de transitoriedade para descrever a inflação elevada e anunciou uma aceleração do *tapering* e início da subida das taxas já em 2022.

Para 2022, espera-se que a economia norte-americana desacelere para 3.5%, com o cenário condicionado pela evolução da pandemia e os impactos que ela poderá ter no agravamento dos atuais problemas das cadeias de fornecimento global. A inflação irá marcar a agenda económica em 2022 nos EUA, o que explica a recente atitude *hawkish* da Fed, apesar dos riscos que a pandemia impõe no cenário de crescimento. A inflação estará particularmente pressionada nos primeiros meses de 2022, devido ao custo crescente dos inputs perante a persistência de estrangulamentos e aumento dos custos da mão de obra. A segunda metade do ano trará uma desaceleração, com a nossa expectativa de que, no conjunto do ano, a inflação se situe em 5.1%. Entretanto, a Fed irá, a partir de janeiro, acelerar o ritmo do *tapering* (o ritmo de redução das compras mensais será de 30,000 milhões de dólares) e antecipará o fim das compras líquidas de ativos para março. As taxas de juro deverão sofrer três subidas em 2022, terminado o ano em 1.0%.

§

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

ZONA EURO

A economia da área do euro terá crescido 5.1% em 2021, um ritmo insuficiente para compensar a queda de 6.5% ocorrida em 2020. De facto, a região ainda foi fortemente afetada pela pandemia, com avanços desiguais na vacinação (entre os 90% em Portugal e os 48% na Eslováquia) e com o aparecimento, no final do ano, de uma nova variante, que obrigou alguns países a adotarem medidas mais restritivas. A isto juntou-se, nos últimos meses do ano, um agravamento acentuado dos custos com a energia e os estrangulamentos nas cadeias de abastecimento globais, fator que afetou, de forma muito mais crítica, as economias mais industriais, como o caso da economia alemã. Neste contexto, a taxa de inflação aumentou para 2.6% no conjunto do ano, com a taxa de inflação a atingir os 5.0% homólogo em dezembro. Para além do aumento dos preços da energia e dos estrangulamentos, concorrem também os efeitos de base do corte temporário do IVA na Alemanha no segundo semestre de 2020. Ainda assim, de forma distinta ao que acontece nos EUA, as pressões do lado do mercado de trabalho não estão ainda a ocorrer na Zona Euro. Neste contexto, o BCE continua a indicar o carácter temporário do aumento dos preços para não subir as taxas de juro no curto prazo.

O ano de 2022 deverá voltar a ser de crescimento considerável (prevemos 4.1%), ainda que o 1T traga desafios consideráveis relacionados com a expansão da variante Ómicron e os estrangulamentos do lado da oferta. Além disso, e a nível europeu, é necessário considerar que alguns dos projetos incluídos nos planos nacionais de recuperação desenvolvidos ao abrigo do NGEU podem ter de ser adiados devido à falta de materiais, adiando as perspetivas de recuperação. Por sua vez, a taxa de inflação deverá continuar pressionada nos primeiros meses do ano, mas a pressão deverá diminuir após a primavera, à medida que os estrangulamentos globais sejam resolvidos e os preços energéticos abrandem, uma vez que, ao contrário dos EUA, os salários na Zona Euro estão contidos. Ainda assim, não é de menosprezar os riscos ascendentes para a nossa previsão da inflação de 2.8% para o ano, resultantes da possibilidade de maior persistência dos estrangulamentos e dos preços da energia, dos efeitos de segunda ordem derivados destes dois fatores, procura reprimida e transição energética. Do mesmo modo, importar acompanhar a evolução salarial, num contexto em que alguns países começam a reconhecer alguns problemas na procura de mão-de-obra. Do lado da política monetária, o bom

§



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

desempenho da economia da Zona Euro e a persistência das pressões inflacionistas permitiram ao BCE anunciar o seu plano de redução de compras líquidas de ativos em 2022, embora com um objetivo consideravelmente menos agressivo do que o da Fed. Em particular, antecipou uma redução no ritmo de compras do PEPP (provavelmente para 50,000 milhões de euros por mês) no 1T 2022 e a sua cessação no final de março. Entretanto, planeia aumentar as compras de ativos líquidos do APP no 2T e 3T para 40,000 e 30,000 milhões de euros, respetivamente, para regressar aos 20,000 milhões em outubro. Ainda assim, o BCE mantém a flexibilidade e disponibilidade para atuar caso a economia dê sinais de fragilidade ou a pandemia agrave substancialmente.

CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

PORTUGAL

A COVID-19 ainda dominou o ano 2021, com um crescimento muito significativo de casos no início do ano e novo confinamento restrito. Depois disso, o processo de vacinação avançou a um bom ritmo, permitindo que chegássemos ao final do ano com quase 90% da população completamente vacinada. Num contexto de menores restrições e perante o sucesso da vacinação, de acordo com as nossas projeções, o PIB terá crescido 4.3% no conjunto de 2021, uma recuperação forte, mas insuficiente para recuperar os níveis pré-pandemia. Entretanto, o aparecimento da nova variante Ómicron, que obrigou a medidas adicionais nos últimos dias do ano, a crise energética e os problemas das cadeias de abastecimento globais terão contribuído para a desaceleração económica no final do ano. Por seu lado, o mercado de trabalho manteve-se imune à pandemia, um comportamento explicado pelas medidas de apoio ao emprego e o recurso ao teletrabalho. De facto, o emprego aumentou em 2021 e ultrapassou os níveis pré-pandemia, enquanto a taxa de desemprego se estima em 6.6% no conjunto de 2021 (7.0% em 2020). Ainda que de forma menos acentuada do que noutros países, também a taxa de inflação acelerou nos últimos meses do ano, atingindo os 2.7% em dezembro, um comportamento explicado pelo aumento dos preços da energia e alimentos; ainda assim, para o conjunto do ano, fixou-se em 1.3%. Por outro lado, a pandemia parece não ter qualquer efeito sobre o mercado imobiliário residencial, antecipando-se que os preços tenham crescido quase 8% no conjunto do ano, um contexto favorecido pelo ambiente de baixas taxas de juro, elevadas poupanças e procura por ativos rentáveis, e investimento de estrangeiros; a construção continua a evoluir favoravelmente e não existem sinais de excesso de oferta no mercado residencial. O ano ficou ainda marcado pela não aprovação da Proposta de Orçamento de Estado para 2022, levando à dissolução do Governo e marcação de eleições legislativas antecipadas para final de janeiro de 2022.

Para 2022, esperamos que a economia cresça 4.9%, com o apoio do turismo, dos fundos europeus, e canalização para consumo de poupanças acumuladas nos períodos de confinamento mais restrito. A pandemia, o risco de prolongamento da crise energética e dos problemas das cadeias de abastecimento globais manter-se-ão uma fonte de incerteza, mas o espírito é de confiança: as questões da crise energética e estrangulamentos devem estar resolvidas na segunda metade do ano e a possibilidade de adaptar as vacinas já existentes às novas variantes convidam-nos a pensar que

§



CONJUNTURA ECONÓMICA E FINANCEIRA

RELATO FINANCEIRO

apenas se assistirá a episódios pontuais de maior incerteza, sem um efeito persistente na atividade económica. O emprego continuará a aumentar, mas a um ritmo menor, reforçando os sinais de falta de trabalhadores em alguns sectores de atividade; esperamos que a taxa de desemprego caia para 6.1%. A taxa de inflação ainda continuará pressionada nos primeiros meses do ano, devido aos custos das matérias-primas e da energia, contribuindo para uma inflação média anual de 2.2% em 2022. No mercado imobiliário, o fim dos Vistos Gold em Lisboa e Porto e algum arrefecimento da procura doméstica contribuirão para a desaceleração dos preços (antecipamos 4.0% para o conjunto do ano).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

De acordo com a política de investimentos estabelecida no Contrato de Gestão do Fundo de Pensões, as grandes linhas quanto às aplicações financeiras são as seguintes:

	Limite Mínimo	Limite Máximo
Mercado acionista	0%	25%
Liquidez	0%	20%
Títulos de dívida	50%	-
Retorno absoluto	0%	5%

A medida de referência relativa à rentabilidade é a TWR (*Time Weighed Rate of Return*) e ao risco o Desvio Padrão:

	Benchmark
Obrigações de Taxa Fixa	Bloomberg Barclays EU Govt All Bonds Total Return
Obrigações de Taxa Variável + Liquidez + Retorno Absoluto	Euribor a 3 Meses
Mercado accionista	MSCI Europe

A política de investimentos cumpre com os requisitos do artigo 4.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Investimento Responsável e Sustentável

A BPI Vida e Pensões adota uma política de investimento responsável, garantindo assim, que toma em consideração os possíveis riscos e impactos Ambientais, Sociais e de Governo das Sociedades (ASG) no seu processo de investimento e que contribui para a sustentabilidade do mercado no longo prazo sem alterar o objetivo do Fundo de Pensões.

Para integrar estes princípios na prossecução de um objetivo global, a BPI Vida e Pensões tornou-se signatária dos Princípios de Investimento Responsável das Nações Unidas (UN PRI), fazendo parte de um conjunto de investidores globais que têm um compromisso público de curto prazo de implementar e promover práticas de investimento responsáveis (<https://www.unpri.org/about>).

De uma forma geral, a BPI Vida e Pensões manifesta-se contra o investimento em empresas ou Estados que levem a cabo práticas condenáveis ou que violem tratados internacionais, como o Pacto Global das Nações Unidas, do qual é signatária.

A Companhia possui uma Política de Relação com o Setor da Defesa, na qual define restrições ao investimento em empresas ligadas à produção de material de defesa, e uma Política de Gestão de Risco Ambiental, que define exclusões setoriais aplicadas aos investimentos realizados diretamente pela Companhia com o objetivo de reduzir a sua exposição aos riscos ambientais e, em particular, aos riscos físicos e de transição.

Na eventualidade de uma entidade não cumprir os requisitos de seleção adotados pela Companhia, a BPI Vida e Pensões adotará uma estratégia que procure que a empresa proceda ao cumprimento dos requisitos violados com a maior brevidade possível, de uma forma compatível com a perspetiva económica de uma gestão razoável e sustentável. A estratégia poderá passar pelo envolvimento com a entidade, por medidas de mitigação dos riscos de sustentabilidade ou mesmo pelo desinvestimento parcial ou total.

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

A Companhia considera importante o diálogo com as sociedades participadas, pelo que, sempre que se justifique, estabelecerá contacto direto com as mesmas, nomeadamente para transmitir sugestões que se afigurem relevantes sobre qualquer matéria de especial importância ou que reflita especial preocupação. A Companhia poderá também promover o diálogo ativo com as entidades e os gestores de ativos, quer diretamente, quer participando em ações coletivas destinadas a adotar as medidas necessárias à modificação de práticas ou atividades controversas, podendo eventualmente desinvestir em caso de incompatibilidade das atividades exercidas pela entidade.

Com o objetivo de ser um agente ativo na gestão dos seus investimentos e exercer os direitos que daí decorrem, especialmente nos âmbitos definidos pelos UNPRI, a BPI Vida e Pensões:

- Participa direta ou indiretamente em fóruns e grupos de trabalho que visam promover o diálogo com os gestores de ativos e as empresas em que investe, podendo desinvestir em caso de incompatibilidade com os aspetos anteriormente expressos ou com as suas políticas.
- Quando aplicável, e respeitando o disposto na Política de Direito de Voto, exerce os direitos de voto e participa nas assembleias gerais respeitando os objetivos e políticas de investimento e promovendo a valorização sustentável da empresa em que participa.

A BPI Vida e Pensões publica no seu site (www.bpividaepensoes.pt) as suas Políticas que, em conjunto, oferecem o enquadramento do modelo de investimento socialmente responsável da Companhia.

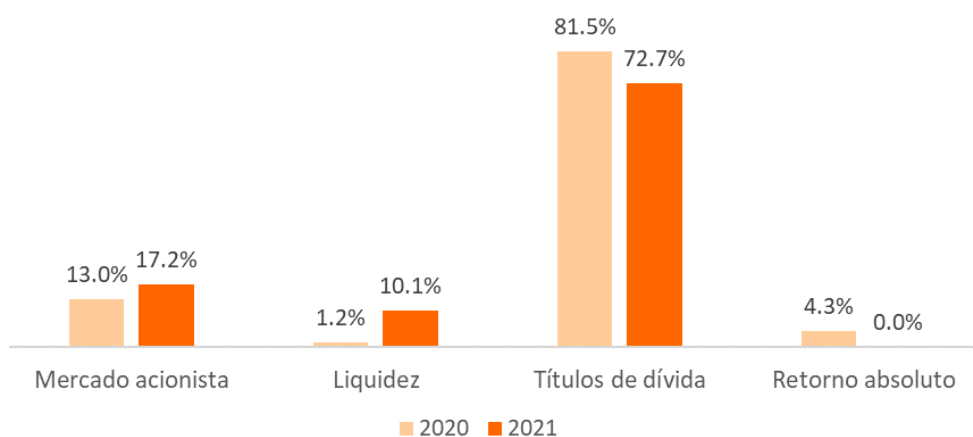


INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Durante o ano de 2021 as aplicações do Fundo de Pensões sofreram alterações, cumprindo em linha a política de investimento definida, como se pode confirmar no gráfico seguinte:



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Cumprimento das Regras Prudenciais

O Fundo de Pensões deverá cumprir com os limites de diversificação e dispersão prudenciais das aplicações de investimentos do Fundo de Pensões constantes no artigo 12.º da Norma Regulamentar N.º 9/2007-R, de 28 de junho.

O património do fundo de pensões deverá observar os seguintes limites:

Requisito	Controlo
1. Investimento em valores mobiliários que não se encontrem admitidos à negociação num mercado regulamentado não pode representar mais do que 15%	Cumpre
2. Investimento em unidades de participação de organismos de investimento coletivo não harmonizados não pode representar mais do que 10%	Cumpre
3. Investimento em ativos expressos em moedas distintas daquela em que estão expressas as responsabilidades do fundo de pensões não pode representar mais do que 30%	Cumpre
4. Valor de mercado dos ativos cedidos em operações de empréstimo não pode exceder os 40%	Cumpre
5. Investimento numa mesma sociedade não pode representar mais do que 10%, este limite é de 5%, caso se tratem de investimentos em associados do fundo de pensões ou em sociedades em relação de domínio ou de grupo com esses associados	Cumpre
6. Investimento relativamente a sociedades em relação de domínio ou de grupo entre si ou com a entidade gestora (títulos emitidos, empréstimos concedidos, depósitos em instituições de crédito) não pode representar mais do que 20%, sendo o limite de 10%, caso se tratem de investimentos efetuados no conjunto dos associados do Fundo de Pensões e das sociedades que se encontrem em relação de domínio ou grupo com esses associados	Cumpre
7. Investimento em unidades de participação de um único organismo de investimento coletivo não harmonizado não pode representar mais do que 2%	Cumpre
8. Caso os organismos de investimento coletivo não harmonizado invistam em outros organismos de investimento coletivo não harmonizado, é considerado o investimento em unidades de participação de cada um destes outros organismos, o qual não pode representar mais do que 2%	Cumpre

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Comparação dos Limites de Exposição

No quadro seguinte procedeu-se à comparação dos limites de exposição previstas na política de investimento do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a alocação a 31.12.2021:

	Política de Investimento		Alocação 31.12.2021	Controlo
	Limite Mínimo	Limite Máximo		
Mercado acionista	0.0%	25.0%	17.2%	Cumpre
Liquidez	0.0%	20.0%	10.1%	Cumpre
Títulos de dívida	50.0%	-	72.7%	Cumpre
Retorno absoluto	0.0%	5.0%	0.0%	Cumpre

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Análise de Performance

No quadro seguinte apresentam-se as rendibilidades históricas anualizadas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR com a indicação dos níveis de risco do fundo de pensões no período e as rendibilidades do *benchmark*:

Período	Rentabilidade	Risco
Nos últimos 5 anos	0.3%	3
Nos últimos 3 anos	1.5%	3
Nos últimos 12 meses	0.9%	3

As rentabilidades apresentadas são anualizadas e brutas de comissões de gestão; representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura, porque o valor do investimento pode aumentar ou diminuir em função do nível de risco, que varia entre 1 (risco baixo) e 7 (risco elevado).

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Observações

- O cálculo das medidas de rendibilidade tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Rendibilidade efetiva} = (UP_f / Up_i) - 1$$

Em que, UP_f = Valor da unidade de participação no final do período de referência

Up_i = Valor da unidade de participação no início do período de referência

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{rendibilidade efetiva})^{365/n} - 1$$

Em que, n = número de dias do período de referência da rendibilidade efetiva utilizada

- O cálculo das medidas de risco tem por base as seguintes fórmulas:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{m}{T-1} \sum_{t=1}^T (r_t - \bar{r})^2}$$

Em que, r_t = rendibilidade efetiva semanal no período t

T = n.º de semanas no período de referência, coincidente com o período utilizado para o cálculo da rendibilidade

r = média aritmética simples das rendibilidades efetivas semanais, para o período de referência.

- A classificação do risco tem por base as seguintes fórmulas:

Classe de Risco	Intervalo da Volatilidade	
	Maior ou Igual a	Menor que
1	0.0%	0.5%
2	0.5%	2.0%
3	2.0%	5.0%
4	5.0%	10.0%
5	10.0%	15.0%
6	15.0%	25.0%
7	25.0%	

Baixo Risco

Remuneração potencialmente mais baixa

Elevado Risco

Remuneração potencialmente mais elevada

1	2	3	4	5	6	7
---	---	---	---	---	---	---



INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

COMENTÁRIO AOS RESULTADOS

O ano de 2021 revelou-se um ano de crescimento económico, recuperação do consumo global e de bom desempenho ao nível dos resultados das empresas. Este ambiente favorável foi suportado pelos elevados níveis de liquidez fruto de políticas expansionistas por parte dos principais bancos centrais. Alguns constrangimentos nas cadeias de distribuição, por confinamentos pontuais a par de um ressurgimento do consumo, resultaram na forte subida do custo das matérias-primas e, conseqüentemente, níveis de inflação acima do estimado. Este tem sido um dos temas mais debatido pelos diferentes bancos centrais que pouco a pouco vão alterando a sua leitura de inflação pontual para uma inflação mais estrutural.

Neste contexto, o Fundo de Pensões BPI Vida PPR alcançou uma rentabilidade, no ano, de 0.87%.

A classe de ações gerou um contributo positivo. A carteira europeia apresenta um desempenho relevante, devido à importante exposição a esta classe e à seleção dos diferentes estilos de investimento efetuada ao longo do ano. As decisões de diversificação geográfica adotadas ao longo do ano, em particular a exposição a ações americanas, adicionaram valor, uma vez que apresentaram desempenhos favoráveis.

A classe de obrigações de taxa fixa teve desempenho negativo em 2021, como resultado da subida das taxas de juro. Apesar disto, foi possível mitigar parte deste efeito devido à exposição a dívida privada, uma vez que o seu desempenho foi superior ao da classe de governos. Adicionalmente, a maior inclinação das curvas (a carteira esteve pouco exposta aos prazos mais longos das curvas de governos), bem como a exposição a obrigações indexadas à inflação contribuíram a favor de um melhor desempenho relativo.

A classe de obrigações de taxa variável gerou uma contribuição imaterial. Apesar da estabilidade verificada nos spreads de crédito ao longo do ano, as taxas de juro nos mercados monetários permaneceram negativas.

O investimento em retorno absoluto gerou um contributo positivo, graças ao desempenho favorável do fundo *equity long/short market neutral*.

§

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

De acordo com a composição da carteira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR, em 31.12.2021, os riscos materiais associados eram:

Risco de Mercado				Risco de Crédito	Risco Imobiliário		Invest. Alternativos
Acções	Obrigações	Câmbio			Diretos	Indiretos	
Acções	Taxa de juro	Taxa de câmbio	Cobertura Total				
X	X	X		X			X

Comparativamente com o ano anterior, não se registou qualquer alteração no tipo de riscos a que o fundo de pensões se encontra exposto.

INVESTIMENTOS

RELATO FINANCEIRO

RISCOS MATERIAIS

Riscos

Risco de Mercado – Incerteza quanto a rentabilidade futura de instrumentos financeiros ou possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de alterações dos preços de mercado dos ativos

- Ações – Perdas decorrentes de alterações de preços de ações
- Taxa de Juro – Perdas decorrentes de alterações de taxas de juro
- Câmbio – Perdas decorrentes de alterações de taxas de câmbio
- Risco de Crédito – Ocorrência de perdas resultante da possibilidade de a contraparte num determinado contrato entrar em incumprimento.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2022

A BPI Vida e Pensões – Companhia de Seguros, S.A.

Isabel Castelo Branco Isabel Semina



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Demonstrações Financeiras

BPI Vida PPR
Fundo de Pensões

31 de dezembro de 2021

Demonstração da Posição Financeira

Valores em EUR

Notas	Demonstração da posição financeira	31 dez 2021	31 dez 2020
	Ativo		
	Investimentos		
5	Instrumentos de capital e unidades de participação	821 907	838 713
5	Títulos de dívida pública	891 741	924 135
5	Outros títulos de dívida	363 645	311 093
6	Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI	13 645	71 231
7	Outros ativos		
	Devedores		
	Outras entidades	1	375
	Acréscimos e diferimentos	3 641	3 326
	Total do Ativo	2 094 579	2 148 872
8	Passivo		
	Credores		
	Entidade gestora	1 388	1 419
	Estado e outros entes públicos	15	142
	Outras entidades	1 388	1 550
	Total do Passivo	2 791	3 110
	Valor do fundo	2 091 788	2 145 762
	Valor da unidade de participação	7,8528	7,7851

Demonstração de Resultados

Valores em EUR

Notas	Demonstração de resultados	31 dez 2021	31 dez 2020
9	Contribuições	39.436	45.024
10	Pensões, capitais e prémios únicos vencidos	(112.321)	(345.728)
11	Ganhos líquidos dos investimentos	38.566	19.818
12	Rendimentos líquidos dos investimentos	13.835	17.004
13	Outras despesas	(33.490)	(35.650)
	Resultado líquido	(53.974)	(299.532)



Demonstração de Fluxos de Caixa

Valores em euros		
Demonstração de Fluxos de Caixa	31 dez 2021	31 dez 2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Contribuições		
Contribuições dos associados	39.436	45.024
Contribuições dos participantes/beneficiários		
Pensões, capitais e prémios únicos vencidos		
Capitais vencidos (remições/vencimentos)	(112.448)	(352.860)
Remunerações		
Remunerações de gestão	(16.676)	(14.955)
Remunerações de depósito e guarda de títulos	(16.676)	(17.298)
Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	(106.363)	(340.089)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Recebimentos		
Alienação / reembolso dos investimentos	3.384.182	2.493.825
Rendimentos dos investimentos	13.520	22.272
Pagamentos		
Aquisições de investimentos	(3.361.736)	(2.146.511)
Comissão de transação e mediação	(6)	(3.158)
Outros gastos com investimentos	(194)	(573)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento	35.765	365.855
Variações de caixa e seus equivalentes	(70.598)	25.766
Efeitos de alterações da taxa de câmbio	13.011	5.303
Caixa no início do período de reporte	71.231	40.162
Caixa no fim do período de reporte	13.645	71.231



Notas às Demonstrações Financeiras

1. Identificação do Fundo

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR (adiante designado por “Fundo”), foi constituído em 31 de outubro de 1996, tendo o seu regulamento de gestão sido modificado pela última vez em maio de 2016.

É um fundo de pensões aberto de adesão individual, que tem como finalidade a prossecução de Planos Poupança Reforma. O seu objetivo é o de proporcionar aos seus participantes/contribuintes o estabelecimento de um plano de poupança reforma individual de longo prazo.

São participantes do fundo são todos os indivíduos que decidam efetuar subscrições para o Fundo.

Tratando-se de um PPR o Fundo não paga pensões, podendo os participantes pedir o reembolso do valor das suas UPs.

2. Alterações ocorridas no plano de pensões

Durante os exercícios de 2021 e 2020 não ocorreram alterações no plano de pensões.

3. Natureza e impacto de alterações dos ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo

Durante os exercícios de 2021 e 2020, não ocorreram alterações relevantes de ativos, responsabilidades e/ou riscos do Fundo.

4. Bases de Mensuração e Principais Critérios Valorimétricos

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos do Fundo, adotando os princípios gerais estabelecidos na IAS 1 e o estabelecido pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) na Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

4.1. Especialização de exercícios

Na sua generalidade, os rendimentos e gastos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

4.2. Investimentos mobiliários

As aquisições e alienações de investimentos mobiliários, são registadas na data da transação, pelo valor

efetivo de aquisição e alienação, respetivamente.

A avaliação dos ativos mobiliários respeita as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 9/2007-R, de 28 de junho, emitida pela ASF, a qual estabelece os critérios valorimétricos ou de avaliação dos referidos ativos:

- Os ativos que se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados tendo por base o respetivo preço de mercado, correspondente (i) à cotação de fecho ou ao preço de referência divulgado pela instituição gestora do mercado financeiro em que se encontrem admitidos à negociação ou (ii) à cotação de fecho do mercado que apresente maior liquidez, caso estejam admitidos em mais do que uma bolsa de valores ou mercado regulamentado. Caso estes ativos não tenham sido transacionados por um período de 30 dias, apresentem reduzida liquidez, ou cujas condições económicas se tenham alterado desde a última transação efetuada, são equiparados a ativos não admitidos à cotação, sendo avaliados como se descreve de seguida;
- Os ativos que não se encontrem admitidos à negociação em bolsas de valores ou em mercados regulamentados são avaliados pela aplicação da seguinte sequência de prioridades: (i) o valor das ofertas de compra difundidas para o mercado por meios de informação especializados, caso essas ofertas sejam representativas; (ii) metodologias baseadas na informação disponível relativamente a preços de mercado de ativos cujos fluxos financeiros subjacentes sejam similares, que tenham risco de crédito semelhante, sejam oriundos do mesmo setor económico e da mesma zona geográfica e que produzam resultados semelhantes perante mudanças nas condições de mercado; e, (iii) modelos de avaliação universalmente aceites nos mercados financeiros, baseados na análise e metodologia dos fluxos de caixa descontados;
- Os valores representativos de dívida não cotados ou cujas cotações não sejam consideradas representativas do seu presumível valor de realização, são valorizados com base na cotação que, no entender da Entidade Gestora, melhor reflete o seu presumível valor de realização. Essa cotação foi recolhida em sistemas internacionais de informação de cotações tais como o *Financial Times Interactive Data*, o ISMA – *International Securities Market Association*, a *Bloomberg*, a *Reuters* ou outros que sejam considerados credíveis pela Entidade Gestora. Alternativamente, a cotação pode ser obtida junto de *market makers* da escolha da Entidade Gestora.
- Os investimentos mobiliários com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais existe intenção e capacidade de manter até à maturidade, são reconhecidos ao custo amortizado. Estes ativos são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, sendo o juro calculado através da taxa de juro efetiva. Eventuais perdas por imparidade destes ativos são reconhecidas na demonstração de resultados quando identificadas.

As mais e menos-valias potenciais resultantes da avaliação de aplicações são refletidas na demonstração de resultados, correspondendo à evolução do valor dos títulos durante o exercício ou após a data de aquisição, no caso de títulos adquiridos no ano. O valor de balanço dos títulos que transita para o exercício seguinte corresponde ao custo de aquisição, corrigido pelas mais e menos-valias potenciais, geradas após a sua

aquisição.

As mais e menos-valias realizadas resultantes da alienação/reembolso de aplicações são determinadas face ao valor de balanço dos títulos no início do ano ou face ao custo de aquisição, no caso de terem sido adquiridos durante o exercício.

4.3. Operações com contratos de “Futuros”

As posições abertas em contratos de futuros, realizadas em mercados organizados, são refletidas em rubricas extrapatrimoniais. Estas operações são valorizadas diariamente, com base nas cotações de mercado, sendo os lucros e prejuízos realizados ou potenciais reconhecidos como proveito ou custo na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” da demonstração de resultados.

4.4. Comissões

As diversas comissões suportadas pelo fundo, acordadas no contrato de gestão, são contabilizadas na rubrica “Outras despesas” da demonstração de resultados, no período em que ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento. Destacam-se como principais comissões:

- **Comissão de gestão:** corresponde à remuneração da Entidade Gestora, pela atividade de gestão do património do Fundo.
- **Comissão de depósito:** remuneração do banco depositário pelo exercício das funções de depositário dos investimentos mobiliários e de outros documentos representativos dos ativos que integram a carteira de investimentos do Fundo.

4.5. Pensões, capitais, prémios únicos vencidos e contribuições

O pagamento de pensões, capitais, prémios únicos vencidos, bem como as contribuições para o Fundo efetuadas pelo Associado, são registados como gastos e rendimentos quando pagas e recebidas, respetivamente, concorrendo para a formação do resultado do exercício.

4.6. Operações em moeda estrangeira

As transações em outras divisas que não o Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças líquidas originadas pela atualização cambial são refletidas na rubrica “Ganhos líquidos dos investimentos” na demonstração de resultados.

4.7. Impostos

De acordo com as disposições previstas no artigo 16.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (“EBF”), os fundos de pensões e equiparáveis, constituídos de acordo com a legislação nacional, estão isentos de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de

Imóveis (“IMT”).

A isenção de IRC não abrange os dividendos de ações portuguesas que não tenham permanecido em carteira por um período superior a 1 ano. Por outro lado, os fundos de pensões são ainda eventualmente sujeitos a tributação no estrangeiro, relativamente aos rendimentos aí obtidos.

5. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2021, a carteira do Fundo inclui Instrumentos de capital e unidades de participação, títulos de dívida pública e outros títulos de dívida, conforme se detalha abaixo, num total de investimentos de 2.077.293 euros, valor semelhante ao registado no balanço a 31 de dezembro de 2020.

Na tabela abaixo apresentam-se também os juros corridos no valor de 111.028 euros referentes aos títulos de dívida detidas pelo Fundo, especializados na rubrica “Acréscimos e diferimentos”.

Valores em EUR

Descrição dos títulos	Custo Aquisição	Mais/Menos Valias Contabilísticas	Mais/Menos Valias Cambiais	Juro Corrido	31 dez 2021
<u>Instrumentos de capital e unidades de participação</u>					
ETF-SPDR 0-3 EURO CORPORATE (LSE)	117 200	(658)	-	-	116 543
ISHARES CORE EURO CORP BOND(LSE)	91 565	(1 698)	-	-	89 867
IETF-IS.CORE MSCI EUROPE ACC - (XAMS)	70 827	16 819	-	-	87 646
IETF-IS. CORE MSCI EUROPE UCITS (AMS)	65 128	14 802	-	-	79 930
ETF-LYXOR EURO FLO RATE NOTE (XPAR)	75 448	(144)	-	-	75 304
BPI ALTERNATIVE LUX (I)	60 869	3 514	-	-	64 382
JANUS H.H.E.CORP BOND-G ACC (OPEN FUND)	54 620	(373)	-	-	54 247
ROBECO E. CRDT BND- IE(OPEN FUND)	53 962	(518)	-	-	53 444
ETF-ISHARES EDGE MSCI ERP VALUE	42 281	7 395	-	-	49 676
IETF -ISHARES EUR ULTRA SHORT BOND (XAMS)	41 998	(48)	-	-	41 950
ETF-AMUNDI INDEX EURO AGG CORPORAT(XPAR)	30 251	(38)	-	-	30 213
ETF-AMUNDI INDEX MSCI EUROPE SRI U(XPAR)	24 400	5 440	-	-	29 840
ALLIANZ EUROPE EQUITY GROWTH-(OPEN FUND)	13 466	4 402	-	-	17 867
FIDELITY FUNDS - EUROPEAN DY (OPEN FUND)	14 583	2 640	-	-	17 223
IETF - ISHARES CORE S&P 500 (XAMS) - EUR	13 133	642	-	-	13 775
Total Instrumentos de Capital e Unidades de participação	769 730	52 176	-	-	821 907
<u>Títulos de dívida pública</u>					
OT - 4.1% - 15.04.2037	15 832	(1 075)	-	292	14 757
OTRV ABRIL 2022	51 399	(1 169)	-	211	50 230
OTRV DEZEMBRO 2022	99 425	(1 232)	-	77	98 193
OTRV JULHO 2025	41 960	(72)	-	179	41 888
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO-2.35%30.07.2033	45 640	(1 819)	-	367	43 822
BONOS Y OBLIG ESTADO-1.25%-31.10.2030	55 461	(1 955)	-	104	53 506
BUNDESREPUB. DEUTSCHLAND-0%-15.05.2035	42 221	(2 185)	-	-	40 036
BUONI POLIENNALI DEL TE-1.45%-01.03.2036	33 315	(2 285)	-	149	31 030
BUONI POLIENNALI DEL TES-0.9%-01.04.2031	80 299	(4 540)	-	173	75 759
BUONI POLIENNALI DEL TES-1.5%-30.04.2045	9 917	(535)	-	25	9 382
BUONI POLIENNALI DEL TES-2.2%-01.06.2027	82 430	(2 839)	-	132	79 591
DEUTSCHLAND I/L BOND 0,1% - 15.04.2026	78 482	1 682	-	50	80 164
FINNISH GOVERNMENT-1.125%-15.04.2034	23 686	(1 348)	-	160	22 338
IRISH TREASURY-0.2%-18.10.2030	26 268	(1 116)	-	10	25 152
IRISH TSY 3.4%-18.03.2024	8 940	(239)	-	215	8 701
REPUBLIC OF AUSTRIA 2.4% - 23.05.2034	34 036	(2 363)	-	365	31 673
REPUBLIC OF AUSTRIA-0%-20.02.2030	13 518	(527)	-	-	12 991
SPAIN LETRAS DEL TESORO-CZ-10.06.2022	50 175	(38)	-	-	50 137
CCTS EU-TV-15.04.2026	30 125	13	-	-	30 138
FRANCE(GOVT OF) -1.25%-25.05.2036	56 571	(4 513)	-	354	52 058
FRANCE(GOVT OF) I/L -0.7%-25.07.2030	26 800	90	-	65	26 889
FRANCE(GOVT OF)-2.5%-25.05.2030	14 025	(718)	-	166	13 307
Total Títulos de dívida pública	920 523	(28 782)	-	3 094	891 741
<u>Outros títulos de dívida</u>					
GOLDMAN SACHS GROUP INC-TV-23.09.2027	40 810	(124)	-	4	40 686
RCI BANQUE-TV-04.11.2024	20 103	(58)	-	-	20 045
UNEDIC-0.625%-17.02.2025	104 522	(1 609)	-	543	102 913
EDA EM 291 - 211230..220228, .00%	50 000	-	-	-	50 000
SOGRAPE EM21 - 211122..220126, .00%	50 000	-	-	-	50 000
SONAE 1027 - 211223..220106, .00%	50 000	-	-	-	50 000
UNILEVER EM 19 - 211220..220120, .00%	50 000	-	-	-	50 000
Total Outros títulos de dívida	365 435	(1 791)	-	547	363 645

Riscos associados à carteira de investimentosExposição e Origem do Risco

- **Risco de mercado:** é decorrente das oscilações nos preços dos títulos que compõem a carteira de cada fundo.
- **Risco de taxa de juro:** risco de movimentos adversos (subida) nos vários prazos das taxas de juro, com impacto no preço das obrigações de taxa fixa
- **Risco de crédito:** corresponde à possibilidade de um emitente de determinado título não ter capacidade financeira suficiente para fazer face às suas responsabilidades.

- **Risco cambial:** resulta da detenção de ativos em moeda estrangeira e da variação das taxas de câmbio destas moedas.
- **Risco de liquidez:** consiste na eventual dificuldade na realização dos ativos que compõem a carteira de investimentos.
- **Risco operacional:** resulta da falha (ou deficiências) de processos internos, recursos humanos, sistemas, fraude ou outros que possam afetar o normal funcionamento da atividade da Sociedade Gestora.

Políticas e Procedimentos de Gestão de Risco.

O Fundo de Pensões BPI Vida PPR considera a gestão do risco uma das disciplinas fundamentais no seu modelo de funcionamento. Para isso dispõe de uma equipa dedicada ao controlo do Risco, a qual utiliza diversas ferramentas para medir e quantificar a exposição aos riscos. Privilegia-se a identificação e monitorização dos diferentes fatores de risco e a partilha de informação sobre o risco das carteiras com gestores e órgãos da administração.

No que diz respeito ao Risco de Mercado, utiliza-se o *Value-at-Risk* (“VaR”) para determinar a estimativa de perda máxima esperada para uma carteira, num determinado horizonte temporal, com um determinado nível de confiança. O Fundo de Pensões BPI Vida PPR dispõe de uma solução analítica partilhada entre os gestores e a equipa responsável pela monitorização de risco, que implementa uma análise baseada em modelos de fatores.

A exposição *ex-ante* das carteiras aos principais fatores de risco (e.g. mercado, indústria, país, moeda, taxa de juro, risco de crédito), em termos de volatilidade absoluta ou relativamente a um *benchmark*, passou assim a ser aferida em cada momento através do software “PORT”. Este sistema avalia a contribuição de cada fator para o risco total da carteira de investimentos.

O Risco de Crédito é também capturado pelo modelo de fatores da *Bloomberg*, que engloba fatores destinados a captar esta dimensão do risco.

Com o objetivo de mitigar o Risco de Liquidez, cada gestor mantém excedentes de liquidez suficientes, para fazer face às responsabilidades financeiras a cargo do Fundo. Os instrumentos de leitura desta dimensão do risco, são ainda reforçados com a elaboração periódica de mapas informativos que permitem acompanhar a evolução da liquidez.

No âmbito do Risco Operacional, é aferido o impacto dos riscos associados a cada atividade, analisando as ocorrências e compreendendo o tipo de falhas e a quantificação dos custos associados.

Por último, e tendo em consideração a monitorização dos limites legais e das políticas de investimento, os alertas de incumprimento são enviados aos gestores sempre que as carteiras de investimento são encerradas. Estão ainda definidos limites de exposição por Contraparte, relativos às operações por liquidar.

Análise de sensibilidade

Conforme referido acima, uma medida que agrega os principais riscos de mercado e utilizada pelo Fundo de

Pensões BPI Vida PPR é o *Value-at-Risk*. Para o cálculo deste indicador, são utilizadas as volatilidades e correlações apuradas historicamente para os diferentes títulos, baseadas nos preços dos últimos 365 dias.

Em 31 de dezembro de 2021, o *Value-at-Risk* com um nível de confiança de 95% e horizonte temporal de 1 mês, pode ser detalhado com o contributo das seguintes classes de ativos:

VaR / Carteira (%)	VaR (EUR)	Contributo Ações (%)	Contributo Taxa de Juro (%)	Contributo Moeda (%)
2,86	59.878	1,49	1,38	-

6. Numerário, depósitos em instituições de crédito e aplicações MMI

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica referia-se a depósitos domiciliados no Banco BPI com o seguinte detalhe:

Valores em EUR		
Descrição	31 dez 2021	31 dez 2020
Depósitos à ordem	13.645	71.231
Total	13.645	71.231

Os depósitos à ordem em moeda estrangeira são relativos a valores detidos em dólares americanos.

7. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica respeita a valores a regularizar de derivados.

Valores em EUR		
Outros ativos	31 dez 2021	31 dez 2020
Outras entidades		
Derivados	-	375
Outros	1	-
Devedores	1	375
Juros a receber	3.641	3.326
Acréscimos e diferimentos	3.641	3.326
Total	3.641	3.701

8. Passivo

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de Passivo tem o seguinte detalhe:

Valores em EUR

	Passivo	31 dez 2021	31 dez 2020
Estado e outros entes públicos		15	142
Entidade gestora		1.388	1.419
Outras entidades			
Comissões		1.388	1.550
OPL		-	-
Credores		2.791	3.111
Total		2.791	3.111

9. Subscrições

Durante o ano de 2021, existiram subscrições no valor de 39.436 euros (2020: 45.024 euros).

10. Resgates

Durante os exercícios de 2021 e 2020, os benefícios pagos têm a seguinte composição:

Valores em EUR

	Resgates	31 dez 2021	31 dez 2020
Resgates		112.321	345.728
Outros		112.321	345.728

11. Ganhos Líquidos dos Investimentos

Abaixo são apresentadas as mais e menos valias, potenciais e realizadas contabilizadas durante os exercícios de 2021 e 2020 relativas aos investimentos detidos pelo Fundo:

Valores em EUR	2021						2020	2019
	Instrumentos de capital	Títulos de dívida pública	Outros títulos de dívida	Numerário	Outras aplicações	Total		
Mais Valias	71.416	6.487	-	813	314	79.031	87.004	120.047
Menos Valias	(4.294)	(33.531)	(2.253)	(247)	(140)	(40.465)	(67.186)	(39.242)
Total	67.122	(27.044)	(2.253)	566	175	38.566	19.818	80.805

Face ao exercício de 2020, verificou-se uma redução nas mais valias e uma redução das menos valias dos ativos que compõem a carteira de investimentos.

12. Rendimentos Líquidos dos Investimentos

Na seguinte tabela apresentam-se os juros e dividendos obtidos durante os exercícios de 2021 e 2020 pelos



investimentos detidos pelo Fundo.

Valores em EUR

Investimentos	2021	2020
Títulos de dívida pública	8.951	13.112
Outros títulos de dívida	1.561	1.636
Outros	3.322	2.267
Unidades de participação	-	(12)
Numerário	1	-
Total	13.835	17.004

Não foram verificadas variações significativas nos rendimentos líquidos da carteira 2021 face a 2020.

13. Outras despesas

Nos termos do Regulamento de Gestão do Fundo, é da sua responsabilidade efetuar os pagamentos de comissões à Entidade Gestora e ao Banco Depositário. O detalhe das comissões e outras despesas contabilizadas durante os exercícios de 2021 e 2020 é apresentado abaixo:

Valores em EUR

Despesa	2021	2020
Comissões de Gestão Financeira	16.645	17.662
Comissão de depósito	16.645	17.662
Comissão de corretagem	-	181
Comissões	33.290	35.505
Outras despesas	200	145
Outros	200	145
Total	33.490	35.650

As comissões acima descritas são calculadas conforme os métodos descritos abaixo:

Tipo comissão	Tipo Plano	Descrição do método de cálculo
Administrativa	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de participantes.
Administrativa	Plano BD	A comissão é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Financeira	Todos	A comissão é definida em % e aplicada trimestralmente ao valor do Fundo sob gestão.
Financeira Incentivo	Todos	A comissão é definida em %, em função da rentabilidade obtida pelo fundo face ao benchmark definido, e aplicada ao valor do Fundo sob gestão.
Atuarial	Plano BD	A comissão atuarial é um valor fixo, atualizado anualmente pelo IPC médio registado no ano anterior.
Pagamento Benefícios	Plano CD	A comissão é calculada em função do número de processos tratados.
Pagamento Benefícios	Plano BD	A comissão é calculada em função do número de pensionistas.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Fundo de Pensões BPI Vida PPR (“Fundo”), gerido pela BPI Vida e Pensões Companhia de Seguros, S.A. (“Entidade Gestora”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 2.094.579 euros e um valor do Fundo de 2.091.788 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 53.974 euros), a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Fundo de Pensões BPI Vida PPR em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Pensões, estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (“ISA”) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Fundo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

1. Valorização dos ativos registados na carteira de investimentos

Descrição da matéria relevante

Em 31 de dezembro de 2021, os ativos registados na carteira de investimentos ascendiam a 2.077.293 euros, correspondente a cerca de 99% do total do ativo (Nota 5 do anexo às demonstrações financeiras). Atendendo à natureza intrínseca daqueles ativos, entendemos que existe o risco inerente de a sua valorização não estar de acordo com (i) as normas estabelecidas pela ASF e (ii) os critérios, modelos e fontes de valorização dos ativos integrantes das carteiras geridas pela Entidade Gestora. Nestas circunstâncias, a titularidade e a valorização destes ativos, são áreas relevantes no âmbito da auditoria às demonstrações financeiras.

A nossa resposta

Os nossos principais procedimentos de auditoria incluíram:

- Revisão dos procedimentos da Entidade Gestora, nos processos de (i) valorização destes ativos e direitos e obrigações relacionados; e (ii) reconciliações bancárias;
- Revisão da reconciliação entre estes ativos, os registos contabilísticos e a resposta e/ou mapas de posição patrimonial do banco depositário em 31 de dezembro de 2021;
- Revisão da valorização dos ativos negociados em mercado regulamentado, de acordo com os critérios, modelos e fontes de valorização utilizadas pela Entidade Gestora e aceites pela ASF. Conforme aplicável, consultámos fontes de preços, externas e independentes, bem como outras fontes de informação de referência ou modelos de valorização, definidos e aceites pelas normas estabelecidas pela ASF;
- Revisão da adequação das divulgações do Fundo, relativamente aos métodos de valorização destes ativos.

Responsabilidades do Órgão de Gestão da Entidade Gestora e do Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Fundo, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Fundos de Investimento Imobiliário; a elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares; a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e, a avaliação da capacidade do Fundo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades. O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Fundo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno; (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do Fundo; (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora; (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora, do pressuposto da

continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Fundo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Fundo descontinue as suas atividades; (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; (vi) comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria; (vii) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação da entidade, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; (viii) declaramos ao órgão de fiscalização da Entidade Gestora que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas. A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras e a pronúncia sobre as matérias previstas no n.º 8 do artigo 161.º do Regime Geral dos Organismos de Investimento Coletivo.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão do Fundo foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores do Fundo pela primeira vez por deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 6 de outubro de 2016, complementada pela deliberação da Comissão Executiva do Órgão de Gestão da Entidade Gestora de 13 de outubro de 2016, para um mandato compreendido entre 2016 e 2019. Fomos renomeados pelo Órgão de Gestão da Entidade Gestora em 16 de julho de 2020, e em 26 de outubro de 2021 para os anos de 2020 e 2021.
- O Órgão de Gestão da Entidade Gestora confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao Órgão de Fiscalização da Entidade Gestora em 22 de março de 2022.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Fundo durante a realização da auditoria.

- Informamos que, para além da auditoria, prestámos ao Fundo os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
 - i. Trabalhos de auditoria para a emissão do Relatório de Exame Simplificado sobre os elementos de índole contabilística e estatística do Fundo, em conformidade com as disposições previstas na Norma Regulamentar n.º 11/2020-R, de 3 de novembro, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (“ASF”).

Lisboa, 22 de março de 2022

PAULO JORGE
DUARTE GIL
GALVAO
ANDRE

Digitally signed by
PAULO JORGE
DUARTE GIL GALVAO
ANDRE
Date: 2022.03.22
17:22:58 Z

BAKER TILLY, PG & ASSOCIADOS, SROC, Lda.
Representada por Paulo Jorge Duarte Gil Galvão André